

NACIONALIDADE, ESCOLA E VOTO: A LIGA NACIONALISTA DE SÃO PAULO¹

Carlota BOTO²

- **RESUMO:** O presente artigo busca efetuar uma análise do discurso e da prática político-pedagógicas da Liga Nacionalista de São Paulo entre 1917 e 1922. Tratava-se, no caso, de uma organização política de cunho cívico-patriótico vinculada a uma sociedade secreta. Abrigando em seu interior representantes de camadas médias da população, inclusive professores de escolas oficiais, a Liga Nacionalista contrapunha-se ao PRP, embora fosse também dirigida por segmentos dissidentes da elite paulista. No período em pauta, os integrantes da referida entidade defendiam, como emblema maior da causa democrática, a aliança entre a luta pela conquista do voto secreto e a defesa da expansão das oportunidades de acesso à instrução primária.
- **PALAVRAS-CHAVE:** História do Brasil; história da educação; escola; nacionalidade; voto; cidadania; liberalismo; Liga Nacionalista; democracia.

... vou tirar de uma gaveta algumas cartas em papel
amarelado, e antes de começar a narrativa, leio-as,
para orientá-lo no que lhe contar”

Machado de Assis

O discurso pedagógico contemporâneo tende a apresentar a defesa da escola pública como estratégia de capacitação das novas gerações para o exercício consciente da cidadania e, nesse âmbito, para ampliação da própria esfera democrática. Pensar a educação parece ser, ainda hoje, lidar com a prospecção do futuro, com o traiçoeiro território da utopia. Daí decorre o significado de se olhar para trás para, no retrospecto, reconhecer certas heranças simbólicas, mediante sempre incertas aproximações e distâncias. Não é recente, no caso brasileiro, o entrelace entre o discurso de defesa da escola pública e os argumentos que pontuam a necessidade social de, por meio do ofício da educação, engendrar a cidadania, a democracia e, até certo

1 Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado intitulada *Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos*, defendida na FEUSP em maio de 1990, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Romano.

2 Departamento de Ciências da Educação – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

ponto, refazer a nação. Falar de escola parece ser, na história da educação brasileira, projetar o futuro cidadão. O ensaio aqui proposto pretende reconstituir certas representações políticas acerca da escolarização no início do século XX brasileiro, naquele princípio titubeante de nossa vida republicana.

Os movimentos nacionalistas ocorridos no Brasil no segundo decênio deste século são apresentados, freqüentemente, como decorrência do impacto ocasionado pelo domínio estrangeiro (Antunha, 1976, p.135). Havia também no período, especificamente no caso brasileiro, uma intensificação do processo imigratório, e os estrangeiros, considerados técnica e culturalmente superiores ao brasileiro, traziam para cá seus hábitos, tradições, valores.

O problema da nacionalidade tornou-se aguçado durante a Primeira Guerra, impulsionando agremiações compostas por segmentos da elite e de camadas médias, tendo em vista a sedimentação de uma suposta cultura brasileira. Tal intento não prescindiu, à guisa de projeto, da reflexão acerca da necessidade de uma política para expansão das escolas como estratégia de consolidação da consciência política nos marcos da desejada república liberal.

Nesse sentido, ocorreu nos anos da guerra, e durante os que a ele imediatamente se seguiram, toda uma eclosão de campanhas cujo intuito manifesto seria a elevação moral e política do país. Temas como voto secreto, erradicação do analfabetismo, serviço militar e fortalecimento das instituições passaram a constituir palavras de ordem desses movimentos emergentes de nacionalismo. Podemos situar, nessa ordem, a Liga de Defesa Nacional fundada no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1916, por iniciativa de Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon. Como observa Jorge Nagle (1976, p.45), aquela agremiação apresentava-se, à luz de seus estatutos, como organização independente de quaisquer vínculos políticos, religiosos ou filosóficos, tendo por intuito maior congregar os brasileiros de todas as classes para a edificação da pátria. Nos termos de Bilac:

O Brasil ainda não está feito, como pátria completa. E a culpa é nossa, como foi dos nossos antepassados, porque a nossa cegueira ou o nosso egoísmo, a nossa vaidade, a nossa pequenina política de rasteiras paixões deixaram a massa do povo privada de fartura, de instrução, de higiene, de "humanidade". Temos vivido e gozado no litoral do país, numa estéril fruição de orgulho, de mando, de retórica e não nos dirigimos ao coração da terra, à alma da gente simples, aos milhões de homens que pelos sertões abandonamos à incúria, à pobreza, ao analfabetismo.

...

... reconhecemos ... que o Brasil ainda não está feito como pátria completa ... Como fazê-lo? Dar-lhe novas gerações de homens fortes e conscientes, dando-lhe estas duas necessidades, primordiais, básicas de defesa: o trabalho e a instrução. Sem o pão e o livro, sem a riqueza e o ensino, não pode ter saúde, nem alegria, nem dignidade, nem alma, quem tem fome e não pode pensar. (1927, p.44-6)

Em 1915, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Olavo Bilac já advertia os estudantes contra o predomínio acentuado da "onda desmoralizadora de desânimo que avassala todas as almas" (p.118). As inquietações mais candentes,

manifestadas na referida conferência, eram as preocupações de natureza militar e de regeneração cívica. Desde então, entretanto, a idéia de instrução primária obrigatória era propulsora de um dado entusiasmo para se erguer a nação. A idéia magna da Liga de Defesa Nacional era, nessa perspectiva, “preparar o nosso porvir”.³ A estratégia privilegiada para tal empresa era justamente a defesa da nação. Com ela, seus desdobramentos: instrução e trabalho.

A ênfase na ordem como suposto imprescindível para o progresso leva o discurso de Bilac a centrar-se em uma concepção orgânica de sociedade, na qual haveria males a serem erradicados de um ser maior. É como se, na articulação do corpo nacional, houvesse funções orgânicas intrínsecas a cada órgão dele constitutivo, o que propiciaria um caráter espiritual à coisa pública, de maneira análoga à situação da vida humana. Nesse aspecto, o paralelismo entre o desenvolvimento orgânico da nação e a evolução biológica do ser conduz à compreensão do Estado como uma metafísica instituinte independentemente dos seus elementos constitutivos. A parte não faz sentido sem o todo, já que, pela acepção orgânica do social, tal totalidade corresponde antes a um prolongamento da natureza do que a um artefato do engenho humano. Dessa maneira, a profilaxia do social passa a ser fator constitutivo da necessária proteção contra inimigos intestinos incrustados no organismo. A doença política pode ocasionar desagregação e degenerescência. Daí os ardis da salvação nacional: serviço militar, moralização do sufrágio e difusão da escola. Se o Brasil é, sob tal episteme, caracterizado como nação em desenvolvimento, há que se relevar o obscurantismo que grassa na mentalidade popular mediante a constatação da inocência desse povo-criança que, “não sabendo o que quer, não saberia querer o que deve”. Tal massa infantilizada deve ser, pois, mediada pela ação orgânica das elites que pode, esta sim, agir no sentido de reverter o quadro desolador dos fracassos nacionais.

Como deve ser a defesa, no indivíduo e na coletividade, em todo e qualquer organismo vivo? ... Ora, não há organismos inferiores ou superiores, individuais ou sociais, incapazes de força, de defesa e de progresso. Todos os fisiologistas e sociologistas professam que todos os organismos vivos – indivíduos e sociedades –, possuem sempre uma energia própria, pequena ou grande, fraca ou forte; e todos eles têm a tendência natural para alcançar o máximo do produto ou rendimento da sua própria energia. Para alcançá-lo, como? Pela educação metódica e progressiva, pela ginástica física e moral. O indivíduo alcança facilmente o máximo da sua força e da sua destreza pelo treino. Para que se faça o adestramento do organismo social, é preciso que todos esses máximos individuais não se percam egoisticamente. É necessário, para o bem comum, que todos esses esforços próprios e aperfeiçoamentos pessoais se conjuguem para o esforço geral, para o aperfeiçoamento da comunhão. O melhoramento de cada um deve ser uma parcela do todo. Assim, pela coesão, pela unidade, pelo civismo, se faz a defesa nacional. (p.226)

3 As intenções manifestas eram as seguintes: “O país já sabe, pela rama, o que esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e coesivo; propagar a instrução primária, profissional, militar e cívica; e defender: com a disciplina, o trabalho; com a força, a paz; com a consciência, a liberdade; e com o culto do heroísmo, a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir. O intuito principal dos que nos animam é este: a fundação de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistência e de conselho, de perseverança e de continuidade para a ação dos dirigentes e para o labor tranqüilo e assegurado dos dirigidos” (p. 146).

Entre suas virtudes intrínsecas e seus desvarios momentâneos a pátria permanecia, como disse Bilac, entre “um demônio que ruga e um deus que chora”. O tom expressamente conservador com que são propugnados os ideais de adestramento social contidos na própria plataforma simbólica da Liga de Defesa Nacional leva a um direcionamento da ação da entidade à confluência da acepção cívico-patriótica com o serviço militar, em iniciativas de “inequívoco sentido disciplinador” – como já salientou Jorge Nagle (1976, p.46).⁴

A propósito da liderança de Olavo Bilac no movimento nacionalista que se irradiava por todo o país, Sampaio Dória, em conferência de 1915, expunha sua filiação àquela campanha, justificando-a mediante o pressuposto de se tomar a escola como alicerce fundante de uma edificação democrática. Forjadora da nação, a educação pública passa a ser vislumbrada como a pedra de toque da reorientação dos costumes políticos. Magno problema da nacionalidade, a instrução viria, nesse sentido, a tornar-se a base da cultura popular e do efetivo exercício da liberdade política. Cabe, no entanto, estabelecer matizes de distinção entre a prevalência orgânica do discurso de Bilac e a tonalidade mecânica contida nos termos da argumentação de Sampaio Dória. Para este, a inquietação motriz era a seguinte: inscrito no rol dos povos livres, faltava ao Brasil o espírito da democracia. Tendo por cotidiano político a liberdade apenas nominal, a democracia brasileira jamais passara de palavra vã porque destituída de seu próprio valor semântico. Ora, para compreender a soberania que lhe compete exercer, o povo necessita de ilustração: para eleger quem deseja, o voto secreto; para desejar o melhor, a instrução popular. Instituir o ensino nacional obrigatório era, no discurso de Dória, dever urgente de formação patriótica, prefácio imprescindível à efetivação de premissas da democracia liberal, tais como o sufrágio universal em escrutínio secreto.⁵ Aqui não se vê o organismo da nação, mas, sim, a projeção de uma escultura. A mística da nacionalidade é a mesma. A ênfase temática é que se mostrará diversa:

4 No parecer de Nagle, o programa da Liga agia no sentido de desautorizar as interpretações que encaravam o Brasil como um povo irremediavelmente fraco. Para isso, sua plataforma supunha um papel tutelar exercido por elites esclarecidas com o fito de transformar os habitantes em povo.

5 “... considerado no seu espírito, tomado na sua essência real, o sufrágio universal é uma providência divina. O sufrágio é a delegação do exercício de soberania. Mas a soberania é poder com finalidade definida. Logo só pode exercer no seu espírito, a soberania, quem queira esta finalidade. Mas querer implica em saber o que se quer. Logo os incapazes de saber a finalidade da soberania são incapazes de a querer, e, pois, incapazes dos sufrágios. Legitimamente, por natureza das coisas e não por arbítrio de opiniões, só têm direito a voto os capazes de saber e querer a finalidade da soberania, quais sejam e como se satisfazem as condições voluntárias da vida coletiva. Estendido o direito de votar a todos os capazes, sem exceção, ter-se-á o verdadeiro sufrágio universal” (1924, p. 19).

Propondo o que chamava de “censo alto”, Sampaio Dória defendia que o exercício de cidadania fosse calçado na “competência cívica”. Esta, por seu turno, deveria ser estendida, mediante a ação da escola, às mais abrangentes camadas da população.

Uma aglomeração de homens sem cultura não é povo, é poviléo, é multidão, onde os ideais, por mais formosos, só desmedram. São como os escombros de uma construção que se decompõe, pouco a pouco, por si mesma. Alinhai, porém, esses materiais na ereção de um monumento, a que a argamassa deu a estrutura e a inteireza de uma concepção arquitetônica. Ela desafiará os séculos. Assim, a multidão que se fundia no cunho de uma concepção patriótica será um povo. A escola terá sido a grande forja. Não escolas de fachadas, mas aquelas onde domine o ideal de formar o espírito da mocidade, o de transformar as vocações em capacidades profissionais, e o de lograr uma cultura geral necessária à profissão abraçada. Imaginai-as incontáveis por todos os recantos do país. Seria o Brasil em marcha acelerada para o futuro e para o glória ... (p.25)

Caracterizando a difusão de escolas como o sopro animado de verdade, Dória não defende, ainda, o princípio da escola única. Estava sim empenhado no que supunha ser a luta contra o analfabetismo, batalha de educação cívica e profissional, indispensável à grandeza da nação. A atmosfera da época presencia, então, todo um processo irradiador na nacionalidade materializado nos ideários das ligas nacionalistas organizadas em vários estados. A propósito, Heládio Antunha já apontava para a necessidade de um estudo específico acerca da ação da Liga Nacionalista de São Paulo que, segundo ele, teria tido efeito multiplicador de seu ideário em significativos meios, tanto no âmbito jurídico quanto na esfera do magistério. Para Jorge Nagle, as ligas nacionalistas seriam uma vertente diversa da onda de nacionalismo do período, diferindo da Liga de Defesa Nacional fundamentalmente por priorizar temas de ordem política em detrimento dos interesses de natureza militar. Nagle salienta também que, dentre todas as agremiações originadas sob esse enfoque, a de São Paulo teria sido matriz. A partir disso, optou-se por centrar nesta o objeto da presente análise.

Revolvendo os documentos da Liga Nacionalista de São Paulo, e tendo acesso às atas referentes às discussões acerca de seu projeto de estatuto, constatou-se que a organização veio, a princípio, acoplada a uma sociedade secreta da qual a Liga seria apenas a manifestação oficial. Todo esse material manuscrito representa um significativo vestígio daquela mentalidade que tomava a escola como fator prioritário da construção da cultura nacional, propiciando, assim, o substrato irredutível da nacionalidade vislumbrada. Imaginando incontáveis as escolas por todos os recantos do país, o movimento propulsor do nacionalismo paulista nesse período teria sido fundamentalmente a Sociedade dos Patriotas – organização clandestina fundada em 1916, da qual teria brotado o projeto da Liga e seus desdobramentos sociais com o intuito de posteriormente torná-la uma agremiação partidária. Cabe esclarecer, com vistas a proceder à interpretação cautelosa do documento, que os partidários de tal sociedade, tendo por referência a campanha civilista de Rui Barbosa e a atuação patriótica de Olavo Bilac, eram fundamentalmente jovens estudantes ou bacharéis em início de carreira. O sopro idealista dos procedimentos cívicos ali sugeridos devem, portanto, ser contemplados à luz do seu tempo. Consta, pois, do capítulo primeiro do Projeto de Estatutos da Sociedade dos Patriotas, as seguintes declarações de intenção:

Cap. I. Da sociedade, seus fins e seus meios de ação

Art. 1º – A Sociedade dos Patriotas de São Paulo é uma associação secreta de brasileiros constituída para realizar os seguintes fins:

- a) defender a soberania e a integridade do Brasil;
- b) fortalecer o sentimento de solidariedade brasileira;
- c) trabalhar para assegurar o exercício dos direitos políticos e o cumprimento dos deveres cívicos, dos cidadãos;
- d) concorrer para a difusão intensa da educação geral, profissional e cívica pelas camadas populares em todos os recantos do país;

Art. 2º – Oportunamente a sociedade constituirá núcleos de associados em outras cidades do Brasil e fundará associações congêneres em outros Estados, confederando-as sob a denominação de o Brasil Oculto.

Art. 3º – A sociedade adota o princípio da moralidade dos meios para a realização dos seus fins.

Art. 4º – A sociedade terá dois instrumentos de ação: uma sociedade civil denominada Liga Nacionalista e uma agremiação eleitoral. (Projeto, p.1-4)

Os sócios seriam divididos em duas categorias (iniciados e paladinos) e, como condição para serem admitidos na primeira delas, deveriam ter idoneidade moral e intelectual, mais de 18 anos, não podendo possuir qualquer filiação anterior a partidos políticos, já que isso poderia, por si, “embaraçar a realização dos fins sociais”. Apenas aos paladinos, que, entre outras condições, deveriam ter mais de 25 anos, seria revelada a existência das sociedades congêneres dos estados e do “Brasil Oculto”, quando estas viessem a ser constituídas. O teor conspiratório da proposta parece nítido, já que a manutenção do sigilo manifestava a preocupação em se ocultar esse projeto de Brasil dos poderes legalmente constituídos. É assim que, dentre o conjunto de deveres a serem cumpridos pelos sócios, constava a exigência de guardarem o mais absoluto segredo de tudo quanto se passasse na Sociedade dos Patriotas, havendo ainda rigoroso processo de penalidades internas àqueles que fossem considerados infratores das prescrições estatutárias.

O plano de fundação da Liga Nacionalista consta do capítulo 11 do Projeto de Estatutos da Sociedade dos Patriotas, assegurando que aquela entidade composta exclusivamente pelos sócios de São Paulo deveria proceder sua atuação sempre de acordo com as deliberações da Sociedade dos Patriotas. O relato da comissão composta por Sampaio Dória, Clóvis Ribeiro e Amadeu Amaral, encarregada anteriormente de apreciar um anteprojeto de organização da entidade, justifica o intento de se organizar a Liga Nacionalista nos seguintes termos:

A Sociedade dos Patriotas, para a realização desses fins, tratará de fundar imediatamente a Liga Nacionalista, e oportunamente uma organização eleitoral ou partido, destinado a eleger delegados seus para cargos de representação no poder público.

...

As direções da Liga e do Partido serão organizadas de tal modo que sempre preponderem nos mesmos os elementos previamente escolhidos e fixados pela Sociedade. (Parecer, p.2)

A partir das constatações dessa comissão preliminar é que se teria originado aquela redação do Projeto de Estatutos da Sociedade dos Patriotas. Acompanha esse documento um texto abrangendo as justificativas do plano em suas linhas gerais e nos tópicos específicos. Nessa direção, a meta propugnada era o “desenvolvimento de ação eficaz contra o abatimento moral” em que se encontrava a pátria brasileira, com vistas a um programa organizado de “reconstrução nacional”. Para tanto, a sugestão era de construir três agremiações que representassem peças solidárias de um mesmo motor social: a Sociedade dos Patriotas, a Liga Nacionalista e o Partido Nacionalista. Sobre a Liga Nacionalista, consta do texto:

A Liga Nacionalista será uma sociedade civil, acessível a todos. Será um centro de estudo dos problemas nacionais, onde serão discutidas todas as questões que interessam à nacionalidade brasileira; será um instrumento de propaganda, de agitação intelectual, onde se elaborará o pensamento, a orientação da campanha; será ainda um aparelho de ação, pois manterá escolas primárias e profissionais e cursos públicos destinados a difundir a cultura, o civismo, a compreensão dos deveres, a consciência da nacionalidade e a promover a educação política do povo. (Projeto, p.1-2)

Em entrevista concedida pelo Prof. Lourenço Filho a Heládio Antunha, aquele “pioneiro” apontava o caráter democrático do movimento nacionalista imperante a partir da década de 1910. Sendo protagonizado em São Paulo por grupos de dissidência política, havia, por essa razão, nítida expressão de disputa em relação ao predomínio das oligarquias tradicionais, agregadas, em última instância, no PRP.⁶ A Liga Nacionalista teria agregado professores de ensino superior (especialmente da Faculdade de Direito), estudantes e profissionais liberais. Seu caráter de formadora de opinião teria se dado por artigos publicados na imprensa, conferências públicas, palestras em escolas e associações da capital e do interior. Lourenço Filho apontava, já nessa entrevista, que chegou a haver a suposição de um possível atrelamento do programa da Liga a uma organização secreta originária da Faculdade de Direito. Declara, no

6 Lourenço Filho confirma, a propósito, o efeito irradiador tanto do ideário cívico preconizado por Rui Barbosa quanto do movimento nacionalista liderado por Olavo Bilac. Pelas lembranças do entrevistado, o recurso à memória: “A campanha de Bilac, em prol de uma restauração de valores cívicos, procurava reanimar a consciência nacional. Teve ela em São Paulo forte repercussão. Por outro lado, certas condições da política geral do país, especialmente ligadas ao problema da valorização do café, complicavam esse cenário. A campanha pela legitimidade do voto popular (Rui Barbosa e outros), de algum modo se associava a essa nova consciência nacionalista (afirmação nacional com melhores práticas políticas). Para isso, o quadro de conseqüências gerais da guerra havia também concorrido: o Brasil formava ao lado das potências aliadas, quer dizer, no partido das democracias contra a autocracia, a das potências centrais da Europa. Os grupos de dissidência política apoiavam, e com certa razão, essa causa. O PRP tradicional não a negava, ainda que procurasse manter certos hábitos em defesa dos interesses de seus membros. Assim, os problemas de nacionalismo e da instrução popular, associados, ganhavam certo relevo na imprensa paulista e em debates políticos. Reduzindo-se à extrema simplicidade, o problema assim parecia: a restauração nacional exigia a restauração política: a restauração política exigia eleitores: eleitores exigiam alfabetização” (Antunha, 1976, p.271).

entanto, não possuir elementos para endossar tal vinculação.⁷ Como vimos, existem vestígios concretos que corroboram aquela hipótese.

Organização de uma elite intelectual, havia, sim, naquele grupo interesses expressos em direção à disputa do poder no âmbito partidário. Provavelmente, a meta frustrada de fundação de um partido nacionalista foi postergada em virtude, talvez, da própria conjuntura política. Mas o interesse de se contrapor aos abusos do “espírito dominante” na ordem pública era claro. O combate à corrupção e à utilização de máquina em proveito próprio aliado ao fito de transformação da mentalidade política brasileira são temas textualmente abordados no trecho a seguir:

O Partido Nacionalista será a reunião de eleitores conscientes, guiados por interesses superiores, congregados exclusivamente para bem servir a seu país. Representará um instrumento de combate ao espírito dominante na política brasileira. Terá o fito, não de conquistar o poder, mas de determinar uma mudança na orientação e nas normas da política brasileira, chamando os cidadãos a exercer fiscalização sobre os atos de seus representantes e a reclamar uma ação nacional do governo, solidária com o movimento que representará. Dele serão excluídos todos os que tiverem interesses pessoais ligados à política ou aos governos. A ele só poderão pertencer os que renunciarem a quaisquer ambições ou pretensões políticas. Não usará nenhum processo de corrupção política em seu proveito, nem sacrificará nenhum interesse público em seu próprio interesse porque os seus interesses se confundirão completamente com os interesses nacionais – e proibirá terminantemente que os seus membros tirem vantagens materiais da sua ação política, a fim de que não possa um dia deturpar-se, contaminado pelas influências dissolventes do meio em que surge.

Um partido, porém, não se forma de um dia para o outro. Um partido só tem coesão quando representa uma convicção coletiva, uma orientação, um pensamento comum. Ora, entre nós poucos são os que têm uma orientação em política, porque as doutrinas, os métodos, os processos políticos nunca ou muito raramente são agitados em nosso meio. Sem se promover o estudo e desenvolver a propaganda de idéias políticas e dos problemas nacionais, não poderá, pois, formar-se um verdadeiro partido, que seja um partido de idéias, de princípios bem firmados. Esse papel caberá à Liga Nacionalista. A ela competirá formar a opinião do partido. Enquanto, porém, o partido não existir formar-se-á lentamente o seu eleitorado. (Justificação, p.2-4)

Preâmbulo de uma efetiva organização partidária, a Liga teria uma nítida função pedagógica. A reconstrução nacional exigia, com urgência, um novo destaque da ética na esfera pública; mais do que isso, urgia uma completa reorganização da ordem partidária com vistas à obtenção da “maioridade política” do país. Tal empreendimento supunha uma nova consciência a ser formada no eleitorado, uma ampliação desse eleitorado ... Daí a magnitude com que se considerava o problema da erradicação do analfabetismo.

7 “Era uma organização de elite intelectual, para a doutrinação político-social, sem ligação partidária declarada, mas, na verdade, inclinada a certa reação contra a política dominante. Em muitos casos, ou episódios, favoreceu candidatos da oposição ou dissidência ao PRP ... Há quem tenha suposto certa ligação ou, ao menos, certa inspiração no programa da Liga com uma organização secreta que houve na Faculdade de Direito, a Burchschaft. Não temos nenhum elemento positivo para endossar essa afirmação” (p.281).

Todo o controle da Liga Nacionalista e do Partido Nacionalista deveria, pela justificativa de seu projeto de estatutos, residir em mãos da Sociedade dos Patriotas. Esta congregaria em seu interior os elementos supostamente mais esclarecidos e ilustrados, encarregados por isso de oferecer a necessária direção às atividades empreendidas por tais agremiações, garantindo não apenas a execução de seus programas, como também oferecendo as diretrizes da atuação empreendida. Pelo exposto, pode-se depreender, por assim dizer, o currículo oculto daquela associação (Liga Nacionalista), apontada por muitos como a gênese do Partido Democrático, e responsabilizada, em parte, pelo desencadeamento de um processo com vistas à reconstitucionalização da sociedade brasileira. Heládio Antunha (1976, p.138) chega a indicar possíveis vinculações históricas entre a Liga Nacionalista, a Revolução Constitucionalista de 1932 e o Partido Constitucionalista, dada a proximidade do ideário dessas correntes e o fato de muitos de seus integrantes serem os mesmos.

Segundo consta do seu livro de atas, o Conselho Deliberativo da Liga Nacionalista de São Paulo tomou posse em 26 de julho de 1917. Os estatutos da organização, aprovados em 5 de março de 1918, caracterizam-na como entidade alheia às lutas partidárias, destinada a manter a unidade nacional, a contribuir para o desenvolvimento da instrução popular, a promover a educação cívica do povo (Actas, f.6), além de contribuir para a efetividade do voto e para a defesa da nação.

Tendo em vista tais finalidades, a Liga deveria empreender intensa propaganda em múltiplas direções:

- 1º – campanhas, na imprensa e na tribuna, e distribuição de livros e folhetos, que eduquem o povo no amor da Pátria, da Lei, da Liberdade e das Tradições Nacionais;
- 2º – a fundação de escolas primárias e profissionais, em cooperação com os poderes públicos;
- 3º – a fundação de escolas de cultura cívica, a celebração dos fatos nacionais, a obrigatoriedade do ensino da língua, da história e da geografia pátrias por professores nacionais, nas escolas estrangeiras que funcionem no país;
- 4º – combate à abstenção e fraude do voto e propaganda da obrigação legal do voto, da liberdade do eleitor e da verdade da apuração;
- 5º – a educação física do cidadão, o escotismo, as linhas de tiro e o preparo militar. (Estatutos, p.4)

Com o objetivo de efetivar tais propostas de cunho pedagógico, havia um real estímulo para aproximar da organização estudantes e professores, inclusive, facultando aos últimos os pagamentos das anuidades. Assim, Sampaio Dória, Oscar Thompson, Mario Pinto Serva, Waldemar Ferreira e outros conduziam suas atividades docentes em consonância com os preceitos norteadores da Liga. Tendo ainda Júlio Mesquita Filho como um dos seus associados, a agremiação possuía evidentemente amplo espaço na imprensa oficial para divulgação de seus propósitos e de suas atividades.

Quando da discussão acerca do projeto de estatuto, consta da ata que houve proposta para estabelecer como um dos fins da Liga Nacionalista a melhoria da raça. Posta em discussão, a emenda teria sido, no entanto, rejeitada. Por essas e outras,

torna-se opaco o limiar entre a tônica autoritária do discurso e da própria caracterização da entidade e o teor evidentemente democrático de muitas de suas preocupações. Houve aqui, sem dúvida alguma, um deslocamento das prioridades militaristas de Bilac, em prol de um artefato de reordenamento dos alicerces corroídos da política brasileira. Para isso, uma reconstrução nacional. Em direção a ela, o reduto último da edificação nacional: a instrução pública e, pela sua expansão, a erradicação do obscurantismo que impediria o engrandecimento do país. Evidentemente, o espectro da Revolução Russa rondava o Brasil. Pela trilha da proteção, na defesa nacional contra o onipresente inimigo, as escolas deveriam ser o berço originário de uma verdadeira pátria, constituída à luz de valores e tradições genuinamente brasileiros, no caminho pacífico para correção das desigualdades sociais em vias de um aprofundamento também pacífico das instituições democráticas, sem, para tanto, colocar em risco a segurança da ordem proprietária.

Em 1919, chegou a ser publicado nas gráficas do jornal *O Estado de S. Paulo* uma brochura contendo os programas sugeridos para o ensino das escolas da Liga Nacionalista de São Paulo. Havia nela a divisão das matérias em tópicos específicos relativos aos temas abaixo relacionados:

- **Leitura e linguagem:** mediante clara orientação de procedimentos analíticos de alfabetização, depreende-se do planejamento a influência do movimento da Escola Nova que então penetrava no Brasil. Indica-se, nessa direção, o ensino da leitura a partir do método global, de maneira bastante correspondente às propostas pedagógicas de Decroly. A leitura será obtida a partir do significado maior; parte-se, por isso, das sentenças e das imagens, buscando levar o educando a paulatinamente decodificar as palavras isoladas que compõem a frase. Para tanto, recomenda-se, ainda, as estratégias tradicionais de recordação, motivação dos alunos, repetição, generalização e revisão. A metodologia utilizada pelo professor seria, em linhas gerais, estipulada pelas etapas a seguir:

O ensino de leitura será feito pelo método analítico, devendo o professor seguir rigorosamente os seguintes passos:

1ª – Palestras com a classe, para habitué-la às conversações necessárias ao desenvolvimento do assunto da lição.

2ª – O professor tomará a estampa da cartilha e, por meio de perguntas bem dirigidas, obterá dos alunos as sentenças de que consta a lição. Cada sentença será escrita pelo professor no quadro negro, repetindo-a os alunos, várias vezes, até ficarem com a imagem bem gravada no cérebro. Para isso, as repetições e revisão das lições dadas sempre devem ocupar a atenção do professor.

3ª – Dadas assim umas quinze lições da cartilha, fará o professor uma revisão geral da matéria estudada, a fim de, mais uma vez, verificar se os alunos estão dominando as lições. Para isso, alterará todas as frases, dando uma ordem nova aos elementos que a compõem.

4ª – Consistirá em fazer a classe dominar palavras isoladas, destacadas das sentenças, lançando, para isso, o professor, mão de todo o seu engenho. (Programa, p.3)

As estratégias indicadas, tanto no que concerne à linguagem oral, quanto à escrita, são expostas à luz dessa concepção anterior, abrangendo, além do conteúdo

programático, propriamente dito, toda uma série de prescrições subliminares de ordem moral e cívica, contidas, por exemplo, na reprodução por parte dos alunos de fatos da vida operária.

- **Aritmética:** compreendendo o trabalho relativo à escrita e leitura dos números, à utilização dos algarismos e a exercícios com as quatro operações; o programa prevê ainda “exercícios analíticos de cálculos mentais”, induzindo pela programação, ao raciocínio e à compreensão da idéia e representação numérica tanto das frações em sua forma ordinária quanto de sua representação pelo sistema decimal.
- **Geografia e História:** em Geografia, a prioridade seria dada ao estudo de conceitos gerais da disciplina, sua terminologia específica e a aplicação de tais princípios à descrição de aspectos elementares em relação ao Brasil e ao mundo. No que tange ao programa de História do Brasil pode-se perceber nítido direcionamento com vistas ao ideário sociopolítico propugnado pela Liga. Os objetos são, nesse sentido, abordados em feixes temáticos, menos preocupados com a cronologia do que com a apreensão de conceitos relacionados ao regime republicano, à cidadania, enfim, à própria acepção de democracia. Em razão disso, o estudo parte de um núcleo conceitual comum, abrigando as idéias de governabilidade, constituição e república. A partir, pois, desse primeiro ponto, seriam travadas as distinções fundamentais entre Império e República. Nesse sentido, a temporalidade no ensino da história é trabalhada retroativamente, dirigida da atualidade republicana para os tempos do Império, chegando, por fim, à realidade da nossa situação colonial. Parte-se do atual para uma sinopse regressiva do percurso do país. Os três tópicos iniciais evidenciam, no entanto, o interesse manifesto em formar nas novas gerações uma mentalidade genuinamente republicana. Com ela, a crítica efetuada à própria república, tal como esta se havia organizado, apontando, inclusive, a sugestão sub-reptícia de um revigoramento das instituições democráticas à luz do desenvolvimento social proposto para o país. Os itens expostos na programação, sob esse aspecto, são bastante significativos:

1º Ponto: Idéia do que é o governo de um país. O Presidente da República e seus auxiliares. A eleição popular. Idéia da Constituição.

2º Ponto: Fatos principais ocorridos no governo republicano, de preferência os que se prendem à expansão econômica e industrial.

3º Ponto: A proclamação da República. Império e República; diferenças entre as duas formas de governo. Os propagandistas. (p.8)

Os dois últimos pontos correspondem, sucessivamente, a tópicos concernentes ao período imperial e à época da colônia. Ao fim e ao cabo, quando se chega ao descobrimento, propõe ao estudante uma “comparação entre o Brasil atual e o Brasil por ocasião da chegada dos portugueses”.

- **Lições Gerais:** Compreendendo elementos de geometria (morfologia geométrica), de higiene e de ciências naturais, o presente tópico alia, sempre que possível, o

conhecimento científico com prescrições de ordem moral (advertência contra o álcool como elemento desorganizador da família, valorização do trabalho como fonte de saúde física e moral etc.).

- Educação Moral e Cívica: Tomando por base os valores institucionais reconhecidos como socialmente aceitos, o tema abordará os conceitos elementares de cidadania e de vida social, tratando de enaltecer personagens que, por honradez, virtudes e esforços pessoais puderam obter o merecido êxito em suas ações profissionais, pessoais e cívicas. São propostas palestras com o fim explícito de desenvolver o sentimento patriótico e estimular, ainda, as noções de urbanidade. Para tanto, são indicados os procedimentos a seguir:

Direitos e deveres dos cidadãos. Leitura com pequenos comentários ou simples explicação dos princípios básicos da Constituição da República. Leituras e palestras sobre os direitos e deveres civis e políticos sobre a soberania nacional e sobre a necessidade que tem o cidadão de exercer o direito e o dever de votar. Dever de respeitar as leis, de acatar e prestigiar as autoridades constituídas. Noção muito simples sobre os poderes públicos. (p.12)

Por meio desse programa sistematizado de ensino primário, todo o universo simbólico relativo a uma nova concepção de cidadania e de república traduziu-se em proposições de ordem aparentemente pedagógica. Até esse momento, percebe-se claramente o entusiasmo pela educação, que conduz iniciativas eminentemente políticas a carregarem consigo um esboço de projeto educacional a ser viabilizado por meio da feitura de novo homem que lhe servisse de protagonista.

As atas de reuniões da Liga Nacionalista evidenciam o reverso desse entusiasmo quando, por exemplo, se propõe que a organização telegrafe a cada uma das novas câmaras municipais do estado, conclamando-as a criar, pelo menos, uma escola em cada municipalidade.⁸ Tal iniciativa seria posteriormente estendida por ofícios dirigidos aos presidentes de todos os estados do país:

Chamando a atenção para a criação de maior número de escolas em seus respectivos Estados, para que assim no mais breve prazo possa o Brasil se vangloriar de aumentar consideravelmente a população alfabetizada. (Actas, 1920, f.40)

Outra iniciativa da Liga teria sido estimular a criação de um departamento federal de instrução pública, atuando, para tanto, junto aos representantes da bancada paulista na Câmara Federal do período (1920). Para tanto:

oficiou aos membros do Congresso Federal, pedindo tomarem na devida consideração o apelo da Liga quanto à criação de departamento federal de instrução; no mesmo sentido e por intermédio

⁸ Em 20 de novembro de 1919, pede a palavra Abelardo Vergueiro Cezar para apresentar a seguinte proposta: "Proponho que no dia da posse das novas Câmaras Municipais do estado, a Liga Nacionalista telegrafe a todas elas, concitando-as a que criem imediatamente uma escola municipal".

Posta em votação, a idéia foi aprovada por unanimidade como consta do livro de atas na f.17 (Actas, 1919).

do ministro do Exterior, enviou a Liga um ofício ao presidente da república, fazendo salientar a necessidade da uniformidade do ensino primário, o que só se poderá conseguir centralizando as forças e criando o departamento federal da instrução pública; tomou parte nos serviços do recenseamento escolar, tendo diversos de seus sócios percorrido ruas indagando o número de analfabetos. Fez também propaganda por meio de apelos nos jornais desta Capital; comunicou ainda o Sr. presidente que em resposta aos telegramas da Liga pedindo às Câmaras Municipais mais uma escola, por ocasião de sua posse, foi por grande número de Câmaras respondido – tendo algumas respondido favoravelmente e outras deixaram de atender ou por falta de verba ou por já terem escolas suficientes. Vinte e quatro Câmaras responderam favoravelmente criando trinta e uma escolas. Treze Câmaras prometeram criar escolas. (f.40-1)

A despeito de um certo tom ingênuo e amadorístico nesse tipo de atuação política, não se pode, entretanto, deixar de entrever o caráter progressista de suas proposições. Se, como sabemos, a expansão da escola é condição insuficiente para o estabelecimento de um regime verdadeiramente fundado na equalização das oportunidades sociais, deve-se reconhecer que, por outro lado, a escolarização tem se mostrado medida imprescindível para a consolidação de regimes verdadeiramente democráticos. Nesse sentido, o próprio recenseamento de que trata o excerto acima foi um dos instrumentos empregados pela Reforma Sampaio Dória com o objetivo de aferir “o número de analfabetos em idade escolar, onde residiam e quais as condições locais de vida, em cada uma das 50 zonas em que foi dividido o Estado” (Nagle, 1976, p.204). Nessa ocasião, a Liga Nacionalista até certo ponto coloca em execução algo de seus princípios, já que um de seus mais destacados líderes assume em São Paulo a diretoria da instrução pública. No parecer de Heládio Antunha, apesar da intensa adesão do magistério aos emblemas empunhados pela entidade, a Reforma de 1920 teria representado prioritariamente uma concretização dos ideais apregoados pelo reformador. Obra pessoal de Sampaio Dória, Heládio Antunha explicita suas dúvidas quanto à possibilidade de vincular a política empreendida às idéias propagandeadas pela Liga. Expressando sua crença, o autor sugere que a Liga Nacionalista não teria sequer participado da reforma.⁹ As fontes demonstram, no entanto, que houve, no mínimo, uma fidelidade do reformador aos princípios doutrinários que constituíam o âmago da pregação da entidade. De acordo com os termos da ata de 25 de agosto de 1920:

A Liga Nacionalista, que tem por um dos seus deveres primordiais combater o analfabetismo, considerando acertadíssimas e altamente patrióticas as medidas tomadas pelo atual governo do Estado em relação àquele assunto, aplaude sem reservas a campanha iniciada pelos poderes públicos em prol do ensino primário. (f.43)

9 “A concepção inicial dos dispositivos fundamentais da Reforma de 1920 foi obra pessoal de Sampaio Dória. Até que ponto esses dispositivos são um reflexo da influência que a Liga teria exercido sobre Sampaio Dória é um problema de difícil solução. A verdade é que a maior parte dessas medidas refletem, a nosso ver, muito mais o pensamento de Sampaio Dória do que as idéias gerais defendidas pela Liga. Aliás, esta não poderia ter, naturalmente, pontos de vistas firmados a respeito de uma série de pormenores tipicamente pedagógicos, que somente uma pessoa teórica e profissionalmente familiarizada com eles poderia conhecer. Na verdade, a impressão que se tem é que a Liga, como tal, não participou da Reforma. A concepção desta foi em grande parte obra pessoal de Sampaio Dória; a Liga simplesmente defendeu as idéias e a ação de um de seus mais autorizados porta-vozes” (1976, p.145).

Dada a precariedade dos recursos do Estado, o que Sampaio Dória realizou, naquela ocasião, foi a tentativa de tornar a instrução primária acessível a todos, mediante uma reorganização interna de seu currículo, reduzindo para dois anos a prescrição legal de obrigatoriedade do ensino. No parecer do reformador, seria "heresia democrática" reservar para uns poucos um suposto padrão de qualidade concernente exclusivamente à pequena parcela da população em idade escolar que tinha efetivo acesso aos bancos escolares. Bastante polêmica, a reforma é acusada pelos educadores por rebaixar os padrões qualitativos do ensino. Como bem destacou Azanha a propósito do tema, haveria naquela circunstância histórica dois caminhos possíveis referentes a ideais distintos acerca da idéia de democratização do ensino. O primeiro – plataforma política de projeto social – conceberia os esforços democratizantes como intrínsecos à esfera pública, priorizando, portanto, a expansão da rede escolar oficial a todas as camadas da população. A outra acepção de democracia em educação reduziria aos "intra-muros da cidadela pedagógica" as tentativas democratizantes. Estas, assim, entenderiam a queda da qualidade do ensino ministrado como preço inadmissível para ampliar a rede escolar. Democracia, segundo tal vertente, é concebida como o ensaio de liberdade efetuada na escola como experimento necessário para a prática da cidadania.

Analisando a Reforma Sampaio Dória, Jorge Nagle (1976) também destaca a resistência pedagógica dos especialistas em educação que, à época, tentavam destruir uma iniciativa de cunho fundamentalmente político em virtude de argumentos que tomavam como isolada a variável educacional. Faziam-se, portanto, incapazes de vislumbrar que a compreensão da qualidade de ensino torna-se, como bem comentou Azanha, destituída de qualquer sentido se não vier acompanhada da necessária analogia em relação a um nível cultural anterior. Se isso não ocorrer, teremos, no mínimo, a mistificação de um problema de ordem política mediante um viés de procedência exclusivamente pedagógica. Se os programas foram condensados e o ensino básico diminuído, foi porque se optou pela política do possível: na impossibilidade de se oferecer educação integral a todos, cabia decidir entre o que o reformador chamava "heresia democrática", expressa no privilégio de alguns, e o oferecimento de um mínimo para todos os que se achassem nas mesmas condições. Nesse aspecto, a orientação de Azanha traz, para a nossa análise, indelével diretriz:

Embora a pregação da democratização do ensino seja antiga e constante no pensamento brasileiro, sempre que ocorreu uma maciça extensão das oportunidades educativas os educadores sentiram-se chocados no seu zelo pedagógico. E a argumentação que extravasa esse sentimento, invariavelmente, invoca o rebaixamento da qualidade do ensino como um preço inadmissível à ampliação de vagas. O argumento até parece razoável quando examinado de um ponto de vista pedagógico e com abstração de situações históricas específicas. No entanto, ele repousa em dois equívocos que têm uma mesma matriz: a ilegitimidade da perspectiva pedagógica para o exame do assunto. Esta ilegitimidade se revela, em primeiro lugar, ao se considerar que a extensão das oportunidades educativas é apenas um aspecto do processo pedagógico de democratização do ensino. Se assim fosse, é claro que a ênfase nesse aspecto, em detrimento de outros, seria uma providência parcial e teria um efeito deteriorante sobre o sistema escolar. O equívoco dessa idéia reside em desconhecer que a extensão de oportunidades é, sobretudo, uma medida política e não uma simples questão técnico-pedagógica. A ampliação de oportunidades decorre de uma intenção

política e é nesses termos que deve ser examinada. Aliás, não poderia ser de outra maneira, pois qualquer que seja o significado que se atribua, atualmente, ao termo "democracia" não se poderia limitar sua aplicação a uma parcela da sociedade ... Não se democratiza o ensino reservando-o para alguns sob pretextos pedagógicos. A democratização da educação é irrealizável intra-muros, na cidadela pedagógica; ela é um processo exterior à escola, que toma a educação como uma variável social e não como simples variável pedagógica. (Azanha, 1987, p.41)

A grande questão política apresentada aos contemporâneos era a tradução efetiva do pilar primeiro da democracia: voto secreto e obrigatório. Se a república proclamada frustrara as esperanças, havia que se oferecer necessariamente o substrato de que carecia o regime. Só então poderiam ser consolidados os ideais do republicanismo histórico. Tal tarefa exigia, ainda, uma outra premissa: a erradicação do analfabetismo e, com ela, a implementação gradual de políticas públicas com vistas a elevar o nível cultural da população brasileira à altura do que ocorrera nos países adiantados do mundo. A escola alfabetizante era posta, assim, como mediação entre as utopias e as limitações dadas pela história em um determinado modelo de desenvolvimento econômico, também este circunstanciado historicamente.

Ocorre que, de acordo com as atas, teria havido no próprio interior da Liga Nacionalista certa relutância em acatar a legitimidade da cobrança de taxas dos alunos que freqüentassem terceiro ou quarto ano primário em escolas públicas. Além disso, a partir de proposta de Thomaz Lessa, a Liga se opõe ao veto do governo do estado, que não permitia a freqüência escolar de crianças entre sete e oito anos nas escolas públicas. Diante disso, depreende-se que "os velhos padrões de pensamento" embebiavam de quimeras pedagógicas mesmo os políticos por profissão. Nessa atmosfera, as linhas diretoras da Reforma de 1920 acabaram por ser polemizadas no interior de seu próprio embrião: de um lado, a oscilação dos críticos, e, de outro, o vislumbre, por parte de alguns, no sentido de oferecer a todos condições ideais de ensino. Por ocasião do centenário da Independência do país, a Liga entrevê a intensificação de suas campanhas tanto pelo voto secreto quanto pela escolarização. No período, o próprio Sampaio Dória intervém sugerindo que a Liga passasse a pleitear o ensino obrigatório e gratuito dos 7 aos 14 anos. Sendo assim, em reunião de 6 de março de 1922, quando se discutia um projeto sobre propaganda do ensino primário apresentado pelo Dr. Mario Pinto Serva,

Dr. Sampaio Dória pediu a palavra e fez diversas considerações sobre o assunto, terminando por acentuar que a Liga na sua campanha deveria pleitear a educação primária por 7 anos, isto é, dos 7 aos 14, sendo obrigatória e gratuita e custeada por uma ação conjunta da União, Estado e Municípios. (Actas, f.59)

Nessa ocasião, já exonerado da diretoria da instrução pública, o educador permanece atento às questões mais candentes relativas ao ensino. Cabe lembrar que a própria Reforma Sampaio Dória envolvia aspectos outros que não caberiam desenvolver no presente trabalho (questões como as da unificação do sistema de formação do magistério e da reorganização da rede de inspeção escolar). O fato é que, a despeito das confluências e divergências quanto à eficácia da ação empreendida, havia um

suposto consensual que representava, por assim dizer, o diapasão da melodia a ser tocada: a alma da nacionalidade, substrato da ordem republicana, deveria ser modelada por uma organização escolar capaz de aliar preocupações de natureza técnico-pedagógicas com uma concepção de civismo que projetasse o país em direção dos trilhos seguros de um desenvolvimento altissonante. Sem negar, portanto, as premissas fundantes do liberalismo clássico, o imaginário da época se mostrava inquieto perante os inaceitáveis desníveis sociais, contra os quais se prestaria a política de expansão da escola pública. A escola apresenta-se, sob essa perspectiva, como um grande mecanismo de regeneração da vida nacional; repositório das ansiosas expectativas de conferir ao eleitorado do país uma efetiva maioria cívica. A reforma, contraponto da revolução, seria a estratégia de viabilizar o âmbito institucional contra qualquer ameaça de ruptura. Medida de cunho estritamente político, a educação prepararia, por assim dizer, o território do voto secreto, obrigatório e universal. Essa era a tradução pedagógica de uma necessidade eminentemente social. Em conferência realizada em 1922 na cidade de Campinas, Sampaio Dória discorreu sobre a campanha da Liga Nacionalista pelo voto secreto. Na ocasião, não escondia o teor evolucionista de suas considerações sobre o “governo do povo”:

Democracia em povo sem educação é arma de fogo em mãos de criança. Só a pode aplaudir quem lucrar com os desastres fatais do seu uso ... Não obstante, não há renegar o sufrágio universal se, por cautela, e, enquanto não se educar o povo, do sufrágio universal não sair, sem depurações, a escolha das autoridades supremas. O sigilo do voto selecionará, com as restrições das penalidades indiretas aos relapsos entre os que a lei presume de capazes. A sorte de uma nação interessa diretamente a todos os que a compuserem. Logo, a todos cumpre batalhar, com toda a sua inteligência e energia, por que a nação viva e prospere. Daí, o sufrágio universal como base essencial da liberdade e o direito imprescritível do povo. Insistamos, senhores: enquanto o povo não estiver em alto nível mental, não possuir sólida cultura, não tiver o hábito das virtudes cívicas severas, o exercício da soberania e, mesmo, a delegação deste exercício redundará, provavelmente, em desastre contra si mesmo. Daí a necessidade da educação pública, como o dever supremo da República. Daí, enquanto a educação não passar do desejo vago, a obrigatoriedade atenuada, indireta, para que não se obrigue ao voto os inidôneos, que falseiam a soberania. (1924, p.51)

A idéia, portanto, retoma a premissa da Ilustração francesa, no sentido de aliar a conquista da liberdade civil, mediante o exercício da cidadania com a instrução popular que garantirá ao eleitor a correta delegação da vontade geral. Sendo assim, a soberania se expressaria nessa legitimidade restrita aos indivíduos cultos de escolher os mandatários capazes. É por isso que, nos termos de Sampaio Dória, a educação popular é o “complemento essencial do voto secreto”. É ela quem conferirá maioria cívica ao eleitorado, tomando, de fato, lícitos os governos fundados na soberania popular. Evidentemente, surge com nitidez o intuito classista dessas concepções, especialmente quando se considera o fato de tal discurso representar uma fala da elite em direção e em nome de um “outro”, destinatário de sua mensagem. Este outro seria o povo, a massa ignara, inerte, ainda, no obscurantismo que a circunda. Resta questionar, entretanto, se, a despeito das intenções dos atores, não houve, na plataforma política e na militância desse grupo, que alguns caracterizam como

"oligarquia dissidente", um veio efetivamente progressista e democratizante. Será que podemos hermeticamente culpá-los pelo pecado original de sua origem de classe? Por não terem eles um projeto revolucionário para transformação dos próprios alicerces da ordem burguesa? Ou, por outro lado, não seria possível, pelos próprios parâmetros de sua lógica de classe, identificar, nas medidas preconizadas pela Liga Nacionalista, iniciativas que viriam efetivamente ao encontro dos interesses das camadas populares? Creio que a segunda hipótese é a mais plausível. Se não se pode, em última instância, concordar com as declarações de intenção da entidade, historicamente pode-se reconhecer o efeito multiplicador que suas teses teriam tido na ocasião. Se eles imaginavam as "escolas incontáveis por todos os recantos do país", esse ideal mantém sua atualidade ao se considerar a precária situação da rede escolar pública no Brasil desse fim do século. Apesar da complexidade do manancial ideológico contido nas iniciativas da Liga, esta era uma organização liberal, sendo também, e até certo ponto, um veículo propulsor de representações de cunho democrático... em seu tempo e em seu país. Como dissensão que se opunha à "política dos governadores", a Liga permanece, de qualquer modo, como agremiação de elite, ignorando, por assim dizer, toda e qualquer reivindicação popular. É como se, porta-vozes das luzes, seus representantes se considerassem autorizados a interpretar os anseios e necessidades do povo, já que este não teria o necessário preparo para decodificar seus próprios sonhos.¹⁰ A escola, sob esse enfoque, é apontada como o último refúgio de regeneração patriótica, por oferecer, pela instrução, a capacitação cívica para o exercício consciente da cidadania. Pelo menos era o que se supunha.

Tal imaginário contribuiu para a "obsessão legiferante", expressa nas inúmeras reformas estaduais da instrução pública no decorrer dos anos 20. Cada uma dessas iniciativas teria sido embasada, em maior ou menor grau, por aqueles referenciais acerca da expansão e melhoria do ensino público oferecido, os quais delimitavam a acepção dos reformadores quanto à questão da democratização do ensino.¹¹ Fator pouco considerado nos trabalhos acerca do assunto, há que destacar o crescimento da demanda por escolarização no decorrer da década de 1920, fator correlato tanto à

10 A propósito da atuação da Liga Nacionalista, Edgard Carone tem interpretação diversa. Para o autor, dissidência paulista da classe latifundiária, a Liga teria sido politicamente oportunista. "Em relação ao problema operário, sua ignorância é praticamente total. O fato de se reunir o Conselho Deliberativo da Liga Nacionalista em 28 de julho de 1917, dias após o término da famosa greve operária, e de não ter havido em seus debates e programa o mínimo interesse pelo problema, mostra a tendência e mentalidade desta dissidência agrário-burguesa" (1977, p.23).

11 Várias foram, na década de 1920, as tentativas de reformar a instrução pública em nível estadual. Não caberia, nos limites do presente artigo, abordar cada uma delas. Dessa forma, citam-se algumas das iniciativas consideradas historicamente relevantes: Reforma Sampaio Dória, São Paulo, 1920; Reforma Lourenço Filho, Ceará, 1922; Reforma Anísio Teixeira, Bahia, 1924; Reforma João Luís Alves, Governo Federal, 1925; Reforma Fernando de Azevedo, Distrito Federal, 1927.

Fernando de Azevedo (1953) caracteriza as atividades reformadoras dos anos 20 como focos esparsos de renovação que, entretanto, não conseguiram traduzir uma "política orgânica traçada pelas elites governantes". Seriam, antes, um desdobramento de tendências pessoais de determinados educadores que agiam por conta própria, acreditando refletir, por suas iniciativas, as aspirações educacionais do tempo.

aceleração e industrialização da sociedade brasileira quanto àquele imaginário social que então se propalava mediante o surgimento intensificado de pressões reivindicatórias por escolarização. Na análise de Otaíza Romanelli (1982, p.62), o percurso da escola no Brasil seria um prolongamento do conflito latente entre as reivindicações pela universalização das oportunidades educacionais e o controle efetuado da oferta de vagas, por parte dos poderes públicos.

Fechada durante a gestão de Arthur Bernardes, a Liga Nacionalista teria o seu ideário mantido com a criação, alguns anos mais tarde (1926), do Partido Democrático, liderado também por alguns dos principais integrantes daquela organização. Herdeiros do "perrepismo", como adverte José Ênio Casalecchi, esse grupo de feição liberal teria efetivo interesse em um "remanejamento do pacto oligárquico" (1987, p.240). Seu programa partidário compreendia, pois, a moralidade do processo eleitoral mediante a implementação do sufrágio secreto, além da expansão do sistema de ensino. Vale lembrar que talvez esse Partido Democrático seja a materialização do projeto contido na Sociedade dos Patriotas quanto à tradução em nível partidário das aspirações e campanha veiculadas pela Liga. Mesmo assim, agora, o tema da escolarização torna-se relegado a um plano inferior, sem o destaque que tivera por ocasião do movimento nacionalista.¹² A prioridade, aqui, era veicular um projeto liberal de cunho prioritariamente político, mediante o qual o partido se apresentasse como a alternativa para a crise. Nesse sentido, a nova agremiação política contaria com a colaboração de intelectuais que entreviam nesse grupo de oposição uma possibilidade viável de conjugação dos esforços de crítica ao *status quo* com as próprias perspectivas individuais de inserção na carreira política por parte daqueles que se sentiam desalojados pela órbita do poder reinante.¹³

Inúmeros fatores convergem para operar no decênio de 1920 relevantes alterações na política educacional. Desloca-se, sem dúvida alguma, o enfoque quanto aos interesses relacionados à expansão da escola. O discurso, antes proferido por protagonistas da vida pública em sua complexidade, passa a se constituir como intento agora reservado àqueles cuja área de competência profissional outorga o privilégio de "falar" da educação. Sob essa óptica, as preocupações com a escolarização como veículo motriz para elevar o país na senda do progresso nacional são sintomaticamente transferidas dos panfletos partidários para as organizações educacionais, das agremi-

12 "... o programa do Partido Democrático, estadual ou federal, reserva à escolarização uma parcela mínima de importância, comparado ao papel que possuía nas pregações da Liga Nacionalista; além de mínima, a parcela é vagamente definida, demasiadamente restrita" (Nagle, 1976, p.104).

13 A esse respeito, o trabalho de Sérgio Miceli é instigante. No parecer desse autor: "No que diz respeito à inserção dos intelectuais nas frentes políticas da oligarquia, o Partido Democrático incorporou muitos daqueles que, por uma série de injunções sociais, se sentiam despejados do situacionismo perrepista. Enquanto os elementos jovens do PRP acabaram se filiando a outras organizações e movimentos políticos (integralismo, partido comunista) em seguida à derrota da oligarquia paulista em 1930, os jovens militantes democráticos envidaram esforços em favor da reunificação das forças oligárquicas e nem poderia ter sido diferente à medida que o futuro profissional e intelectual dos democráticos continuava estreitamente dependente dos empreendimentos culturais e, no limite, do destino político que tivessem os grupos dirigentes com os quais colaboravam" (1979, p.11).

ações políticas para entidades pedagógicas. Como salienta Jorge Nagle, há uma mudança significativa na mentalidade dos atores. Com ela, o domínio da escolarização torna-se âmbito quase exclusivo da confraria que abrigava aqueles que se autodenominavam “profissionais da educação”. Isso, entretanto, não abalaria os alicerces daquela imagética propulsora de uma aliança entre escola e voto na configuração de uma feição republicana a ser impressa em nosso povo. Dessa forma, a despeito da mudança de cenário, o enredo nesse palco não obtivera, ainda, qualquer desenlace; mesmo assim, esgotam-se as notas de meus papéis amarelados...

BOTO, C. Nationality, school and vote: the Liga Nacionalista of São Paulo. *Perspectivas (São Paulo)*, v.17-18, p.145-163, 1994/1995.

■ **ABSTRACT:** *The purpose of this article is to analyze the pedagogic discourse of the Liga Nacionalista de São Paulo between 1917 and 1922. This political organization was ruled by sectors of the São Paulo's elite, but included also representatives of the middle classes, state schools' teachers, for instance. In those years, the agenda of activities of the Liga Nacionalista focused on two main reivindications: the secret vote and the expansion of the elementary school.*

■ **KEYWORDS:** *History of Brazil; history of education; school; nationality; vote; citizenship; liberalism; Liga Nacionalista; democracy.*

Referências bibliográficas

ACTAS da Liga Nacionalista de São Paulo. (Manuscrito).

ANTUNHA, H. C. G. *A instrução pública no Estado de São Paulo: a Reforma de 1920*. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 1976. (Estudos e Documentos, 12).

AZANHA, J. M. P. *Educação: alguns escritos*. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

AZEVEDO, F. *A cultura brasileira*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

BLAC, O. *Últimas conferências e discursos*. São Paulo: Francisco Alves, 1927.

CARONE, E. *Revolução do Brasil contemporâneo: 1922-1938*. 3.ed. São Paulo: Difel, 1977.

CASALECCHI, J. E. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DÓRIA, S. *O espírito das democracias*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.

ESTATUTOS da Liga Nacionalista. s.n.t.

JUSTIFICAÇÃO do Projeto de Estatutos da Sociedade dos Patriotas. (Manuscrito).

MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo: Difel, 1979.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; MEC, 1976.

PARECER sobre a Organização da Sociedade dos Patriotas. (Manuscrito).

PROGRAMA de ensino das escolas da Liga Nacionalista de São Paulo. s.n.t.

PROJETO de Estatutos da Sociedade dos Patriotas. (Manuscrito).

ROMANELLI, O. de O. *História da educação no Brasil*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.